



## ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-PR

Lei nº 5.571, de 23 de julho de 2010  
Secretaria Municipal de Comunicação Social

## ATOS DO PODER EXECUTIVO



## RESOLUÇÃO Nº64/2024-PGM

**Súmula:** Aprova a Minuta Padronizada de Edital de Pregão

O **PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no exercício das atribuições legais e regulamentares definidas na Lei nº 6.792/2017, de 13 de dezembro de 2017,

**RESOLVE:****Art. 1º.** Aprovar a Minuta Padronizada de Edital de Pregão.**Art. 2º.** Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.**PUBLIQUE-SE.**

Cascavel, 28 de fevereiro de 2024.

**Edson Zorek**  
Procurador-Geral do MunicípioEDSON  
ZOREK:02756516902Assinado de forma digital por  
EDSON ZOREK:02756516902  
Dados: 2024.03.01 10:20:12 -03'00'

# PREGÃO ELETRÔNICO

90049/2026

## CONTRATANTE (UASG)

MUNICÍPIO DE CASCADEL (987493)

## OBJETO

Modernização técnica e manutenção corretiva integral de 03 (três) elevadores SUR/Thyssenkrupp (modelo Griffen Lume) do Paço Municipal de Cascavel

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 513.183,73 (quinhentos e treze mil, cento e oitenta e três reais e setenta e três centavos)

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 15/06/2026 às 9h (horário de Brasília)

## LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA

[www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

[menor preço] / [global]

## MODO DE DISPUTA:

[aberto]

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

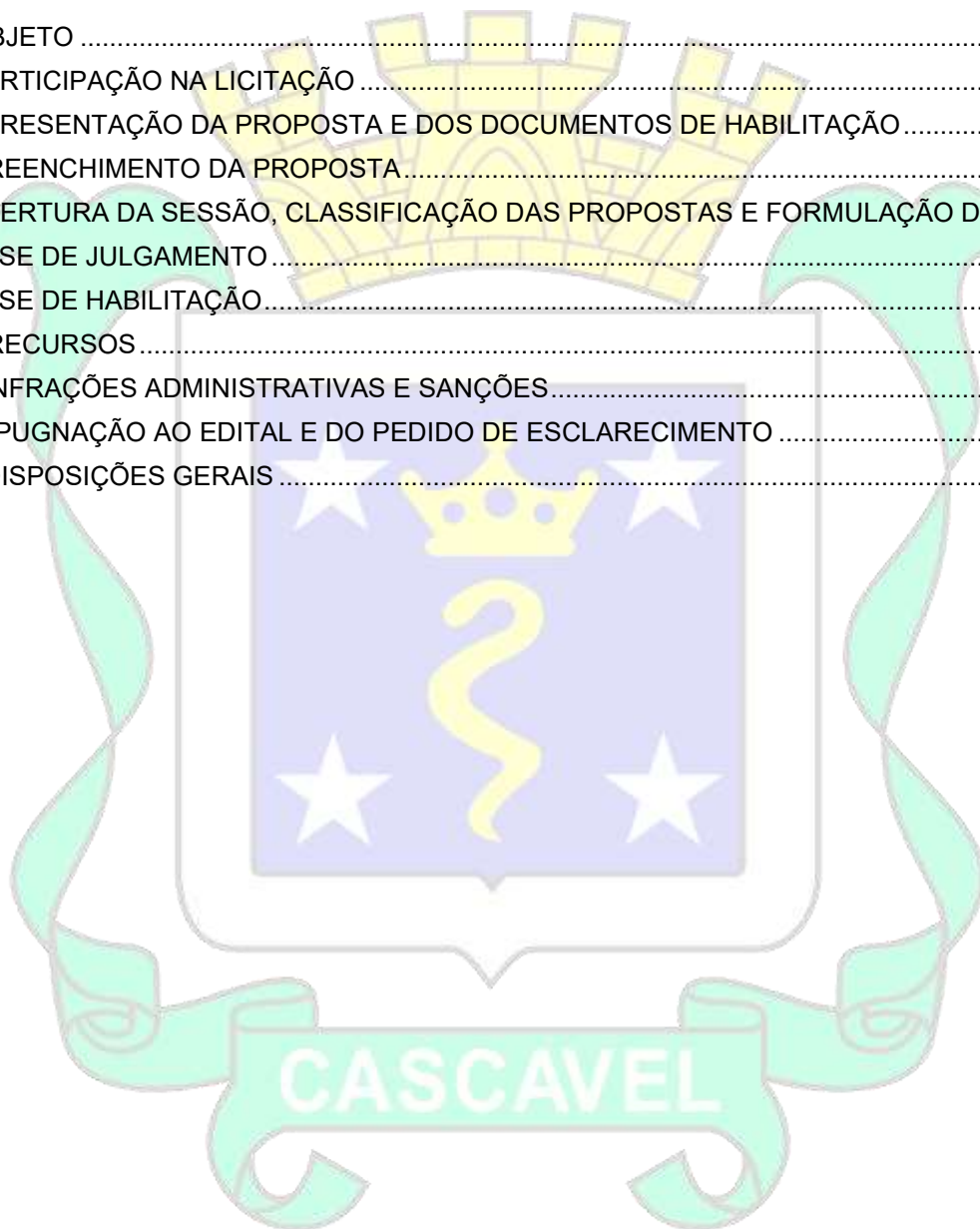
SIM

## PREGOEIRA

JANE ANGELI, DESIGNADA ATRAVÉS DO DECRETO Nº 20.381/2026

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	6
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	10
6. DA FASE DE JULGAMENTO .....	13
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	17
8. DOS RECURSOS .....	21
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	22
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	24
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	24



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/2026**

(Processo Administrativo nº 40668/2026)

Torna-se público que Município de Cascavel, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob o n.º 76.208.867/0001-07, com sede no Centro Administrativo Municipal José Silvério de Oliveira, sito à Rua Paraná, n.º 5.000, Centro, Cascavel-PR, por intermédio da Divisão de Licitações do Departamento de Gestão de Aquisições Públicas - Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a prestação do serviço de **Modernização técnica e manutenção corretiva integral de 03 (três) elevadores SUR/Thyssenkrupp (modelo Griffen Lume) do Paço Municipal de Cascavel**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema da sessão pública e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as contidas no **EDITAL**.

1.2. A licitação será realizada em único item.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela



**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. A obtenção do benefício fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, será observado:

- a. A contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço, devendo a empresa em sua proposta final apresentar o valor igual para as cotas;
- b. Verificado a divergência entre valores e superado o disposto no item 6.12, será a empresa desclassificada na cota de maior valor unitário.

2.7. Observado o disposto no §1º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021 será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe

**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.8. agente público do órgão licitante;

2.8.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.2 e 2.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão licitante.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.8.2 e 2.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.15. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

3.16.1 O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.13.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;



**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e



**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão promotor da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e total do item (Respeitado o limite de DUAS CASAS DECIMAIS para os centavos);

4.1.2. Fabricante;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência das contratações públicas municipais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no termo de referência.
- 4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná ou do Tribunal de Contas da União (quando forem utilizados recursos da União oriundos de transferências voluntárias) e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1,00 (um real)**.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
  - 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
  - 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
  - 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
  - 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
  - 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.



**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.



**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**MUNICÍPIO DE CASCABEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.21.3. Caso o empate persista, poderá, o agente de contratação/pregoeiro, proceder a realização de sorteio em sessão pública, assegurado a todos os interessados o direito ao acompanhamento desta.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.8 do edital, especialmente quanto à

**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro de Impedidos de Licitar, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (<https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidos.aspx>);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5 e 3.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.



**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.7.1. conter vícios insanáveis;
  - 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
  - 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
    - 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
    - 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
  - 6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
  - 6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
  - 6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.



**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12. Erros no preenchimento da proposta/planilha/documentos complementares não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta/planilha/documentos complementares poderá(ão) ser ajustada(s) pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos;

6.12.2. O Agente de Contratação/Pregoeiro oportunizará até 3 (três) vezes a possibilidade de correção sendo que, não sanados os erros dentro das oportunidades, será desclassificada a empresa.

6.12.3. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% a 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os

**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

licitantes individuais. Quando for o caso, o percentual de acréscimo a ser exigido será determinado em documento anexo a este edital, denominado “Qualificação econômico-financeira”.

7.4.2. No caso de participação de empresas reunidas em consórcio, além dos contratos sociais e da documentação referente à habilitação fiscal, social e trabalhista de todas as consorciadas, deverá ainda ser apresentado, junto aos documentos de habilitação, o Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, nos termos do inciso I do art. 15, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

7.4.2.1. Caso o consórcio sagre-se vencedor, deverá apresentar a constituição registrada no prazo de 10 (dez) dias úteis após o encerramento da sessão, prorrogável por igual período mediante solicitação justificada.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.



**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 7.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado pelo telefone **45 3321-2230**, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
- 7.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 7.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 7.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 7.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 7.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 7.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 7.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.



**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 7.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):
- 7.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, desde que necessária para apurar condição atendida anterior à época da abertura do certame; e
- 7.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.15.3. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro em decisão fundamentada.
- 7.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.13.1.
- 7.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.
- 7.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

**MUNICÍPIO DE CASCATEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

7.21. Documentos com prazo limite para consulta de autenticidade terão sua validade determinada como o período disponível para consulta.

7.21.1. Documentos sem prazo expresso de validade e/ou consulta de autenticidade serão considerados válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da sua respectiva data de emissão, exceto se anexada legislação específica indicativa de prazo distinto.

## **8. DOS RECURSOS**

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no §1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://cascavel.atende.net>.

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021:

### **12.1.1 Por parte do licitante:**

- I. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o certame;
- II. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
  - a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  - c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
  - d) Deixar de apresentar amostra;
  - e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
  - f) Não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - g) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
  - h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

### **12.1.2. Por parte do contratado:**

**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Poderão ser aplicadas aos que incorrerem nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**I. Advertência;**

**II. Multa:** de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) calculada sobre o valor do contrato licitado ou celebrado, ou da parcela inadimplida, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade;

**III. Impedimento de licitar e contratar;**

**IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.**

9.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão promotor da licitação.

9.4. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.5. Todas as sanções previstas neste edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.6. As sanções previstas ao Contratado PODERÃO ser aplicadas também ao detentor de Ata de Registro de Preços, no que couber;

9.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Licitante/Contratado, observando-se o procedimento previsto no Decreto Municipal n.º 17.664/2023.



9.8. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrente deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

9.9. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial (<https://cascavel.atende.net>) e no sítio de realização da licitação no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:

- E-mail: [pregao@cascavel.pr.gov.br](mailto:pregao@cascavel.pr.gov.br)

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**MUNICÍPIO DE CASCVEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://cascavel.atende.net>.
- 11.11. O download do aplicativo do Compras.gov poderá ser realizado acessando o endereço informado na folha inicial.
- 11.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 11.12.1. ANEXO I – Relação de Itens;
  - 11.12.2. ANEXO II – Termo de Referência e Documento Complementar;
    - 11.12.2.1. Apêndice do Anexo I – Planilha Orçamentária;
    - 11.12.2.2. Apêndice do Anexo II – Declarações de Vistoria Técnica e Renúncia
  - 11.12.3. ANEXO III – Declaração de Interesse
  - 11.12.4. ANEXO IV - Minuta de Termo de Contrato;
  - 11.12.5. ANEXO V - Estudo Técnico Preliminar;
  - 11.12.6. ANEXO VI - Mapa Comparativo de Preços;
  - 11.12.7. ANEXO VII - Portaria de Fiscalização.

Cascavel, 25 de maio de 2026

**JOACIR APARECIDO COSMA**  
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

**ANEXO I - RELAÇÃO DE ITENS**

**ITEM PARA PARTICIPAÇÃO DE AMPLA CONCORRENCIA**

LOTE 1					
ITEM	QTDE.	UNID.	DESCRIÇÃO	PREÇO MÁXIMO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	1,00	UND	MODERNIZAÇÃO TÉCNICA E MANUTENÇÃO CORRETIVA INTEGRAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INSTALAÇÃO, PARA OS 03 (TRÊS) ELEVADORES SUR/THYSSENKRUPP (MODELO GRIFFEN LUME) DO PAÇO MUNICIPAL.	513.183,73	513.183,73
Valor total do lote 1: R\$ 513.183,73 (quinhentos e treze mil, cento e oitenta e três reais e setenta e três centavos)					

**Valor Total Geral: R\$ 513.183,73 (quinhentos e treze mil, cento e oitenta e três reais e setenta e três centavos)**

**MUNICÍPIO DE CASCADEL/PR**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

**Processo Administrativo nº 40668/2026**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**MODERNIZAÇÃO TÉCNICA E MANUTENÇÃO CORRETIVA INTEGRAL DE 03 (TRÊS) ELEVADORES SUR/THYSSENKRUPP (Modelo Griffen-Lume) DO PAÇO MUNICIPAL DE CASCADEL**, nos termos da requisição anexa, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento

1.1. Quadro com as devidas especificações técnicas e quantitativos a serem licitados:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNIDADE	Valor
1	MODERNIZAÇÃO TÉCNICA E MANUTENÇÃO CORRETIVA INTEGRAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INSTALAÇÃO, PARA OS 03 (TRÊS) ELEVADORES SUR/THYSSENKRUPP (MODELO GRIFFEN LUME) DO PAÇO MUNICIPAL	und	R\$ 513.183,73

1.1.2. Detalhamento da Composição Técnica da Solução (Memorial de Itens). Os itens abaixo listados compõem a unidade global de modernização. A contratada deverá fornecer e instalar, nos 03 (três) elevadores, o conjunto tecnológico descrito, sem custos adicionais.

PRODUTO/DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
COMANDO INFOSLIM STD V3F REDE 220V COM; KIT FREIO MAG 110VCC 3ª REDE 220V 60HZ KIT LIGA/DESLICA KIT PARA OPERADORES DE PORTA KIT RESGATE SEMI AUTOMÁTICO KIT PARA VENTILADOR STLZ DA FIAÇÃO NA PLACA STLZ DO COMANDO NA PLACA	CONJUNTO	3



**MUNICÍPIO DE CASCAVEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E**  
**GESTÃO**

TERMO DE REFERÊNCIA – OBRAS E SERVIÇOS DE  
ENGENHARIA

24  
1.

INVERSOR DE POTENCIA CFW500 33AMPERES		
<p>BOTOEIRA INTERIÇA INOS DE BOTÕES P/ ELEVADOR BOTÕES DE FUNÇÃO AP'/AL/FP INTERFONE PRIME CHAVE YALE1 SIM</p> <p>CHAVE YALE 2 L/D CHAVE YALE 3 LUZ</p> <p>CHAVE YALE 4 VENTILADOR</p> <p>INDICADOR DE BOTOEIRA BIG GLASS AZUL</p> <p>INTERCOMUNICADOR COM INTERFONE INTERFACE DE CHAMADA MINICAB INFOSLIM LUZ DE EMERGENCIA PARA ELEVADOR PAINEL INOX INTERIÇA 4 PARADAS</p> <p>PLACA INFOVOICE MENSAGENS DE VOZ</p> <p>4 BOTÕES PRIME AZUL</p>	CONJUNTO	3
BATERIA PARA NOBREAK/RESGATE 12V 9HA P/ ELEV	UNIDADE	12
BOTOEIRA DE INSPEÇÃO DE FUNDO DE POÇO NBR16858	UNIDADE	3
BOTOEIRA DE PAVIMENTO PLANA GLASS AZUL COM 1 BOTÃO PRIME AZUL	UNIDADE	12
CABO DUPLEX GENIUS/INFOSLIM-6M PARA ELEVADOR	UNIDADE	1
CAIXA DE INSPEÇÃO E PASSAGEM INFOSLIM CM PLUS	UNIDADE	3
CAIXA DE EMERGENCIA NORMA NBR 16858	UNIDADE	3
CAIXA DE SINALIZAÇÃO 12/24V ALARME CONTINUO	UNIDADE	3
CAIXA FUNDO DE POÇO PAP PARA ELEVADOR	UNIDADE	3
CENTRAL DE COMUNICAÇÃO PARA ELEVADOR	UNIDADE	3
CONECTOR STLZ 6 VIAS FEMEA	UNIDADE	3
CONECTOR STLZ 9 VIAS FEMEA	UNIDADE	3
CONJUNTO DE RESISTOR DE FREIAGEM 15 OMS 1,4KW	UNIDADE	3
CONJ. RESGATE AUTOMÁTICO PARA ELEVADOR 15HP	UNIDADE	3
CABO DE MANOBRA 9 VIAS 0,75mm PARA ELEVADOR	METROS	108
FIAÇÃO DE CABINA STLZ PC PLUS INFOSLIM	UNIDADE	3
FIAÇÃO DE POÇO INFOSLIM 2V IPD PORTA P/ ELEV	METROS	90
FIAÇÃO DE POÇO LINHAS RESERVAS	METROS	90
FIAÇÃO DE POÇO PARA ILUMINAÇÃO E ARANDELAS	METROS	93
IMÃ PARA ELEVADOR	UNIDADE	48
INFOSENSOR SIMPLES 24V PARA ELEVADOR	UNIDADE	12
INTERRUPTOR DE SOBREPOR SOLO PARALELO	UNIDADE	6

**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E**  
**GESTÃO**

TERMO DE REFERÊNCIA – OBRAS E SERVIÇOS DE  
ENGENHARIA

25  
1

LIMITE FIM DE CURSO PARA ELEVADOR	UNIDADE	18
LUMINARIA LED PARA ILUMINAÇÃO DO POÇO ELEV	UNIDADE	15
SISTEMA DE EMERGÊNCIA BIVOLT AUTOMÁTICO	UNIDADE	3
PLACA ELETRONICA PC PLUS PARA ELEVADOR	UNIDADE	3
PLANBRIC SINALIZADOR ACUSTITO BR BUZZER	UNIDADE	3
SIRENE PARA ELEVADOR	UNIDADE	3
SUPORTE DE LIMITE COM PARAFUSOS PAR ELEVADOR	UNIDADE	18
SUPORTE PARA QUADRO DE COMANDO	KIT	3
OPERADOR DE PORTAS DE CABINA FERMATOR	CONJUNTO	3
PORTAS DE PAVIMENTO EM AÇO INOX S/ BATENTE	CONJUNTO	12

1.2. Os serviços desta contratação são caracterizados como comuns de engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar. Esta contratação tem caráter não continuado, sem dedicação de mão de obra exclusiva.

1.3. A presente contratação será realizada mediante Pregão Eletrônico, pelo critério de Menor Preço Global, com execução por escopo (modernização integral), sem dedicação de mão de obra exclusiva. Au

1.4. A descrição técnica detalhada dos componentes, as quantidades globais e os valores de referência estão consolidados no Memorial de Itens (Tabela de Componentes) e na Requisição ao Compras.

1.5. O Instrumento Contratual oferecerá o detalhamento das regras de execução, cronograma físico-financeiro e as responsabilidades específicas para a modernização de cada elevador..

1.6. A cotação mínima para a contratação em questão corresponderá ao quantitativo total previsto para os itens (unidade global por 3 (três) elevadores), não sendo admitida a cotação de quantidades parciais de componentes, visando garantir a integridade técnica e a responsabilidade única pela solução de engenharia entregue.

1.7. O quadro informativo abaixo contém o local e endereço da Secretaria que faz parte da contratação, sendo que a demanda dos serviço será no Paço Municipal:

SECRETARIA	ENDEREÇO	TELEFONE
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão	Rua Paraná, 5000 - Centro	(45) 3321-2230

26  
1

- 1.8. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.
- 1.9. Por se tratar de um serviço de natureza não contínua (escopo fechado), não se aplica a regra de prorrogação sucessiva prevista no Art. 107 da Lei 14.133/2021.
- 1.10. Eventuais prorrogações de prazo de execução poderão ocorrer apenas por motivos devidamente justificados, mediante termo aditivo, nos termos do Art. 132 da Lei 14.133/2021, sem que isso altere a natureza não contínua do objeto.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e a definição de seus quantitativos (03 unidades globais de modernização) encontram-se pormenorizadas em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), apêndice deste Termo de Referência, o qual demonstra a necessidade de substituição tecnológica dos equipamentos instalados em 1988 por razões de segurança, economia de energia e acessibilidade.

2.2. O objeto da contratação faz parte do Plano de Contratação Anual do Município de Cascavel, sendo informado no DFD (Documento de Formalização de Demanda) por meio da Intenção da nº 268/2026.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Os serviços enquadram-se na classificação de serviços comuns de engenharia, conforme termos do inciso do XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/21.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade:**

4.1. A CONTRATADA deverá seguir os parâmetros sustentáveis minimizando o impacto de suas ações, promovendo a eficiência energética, incentivando a produção e o consumo responsáveis, bem como fomentar a inclusão social. Vale salientar que as contratações públicas



24  
1

devem se atentar, no mínimo, para as 4 (quatro) dimensões sustentáveis, tais como, dimensão ambientalmente correta, econômica, social e cultural.

4.2. Além das práticas de sustentabilidade informadas no Estudo Técnico Preliminar, devem ser atendidos, quando couber, os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 6º Edição e Instrução Normativa nº 01/2024 - Dispõe sobre os Critérios de Sustentabilidade Ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta<sup>1</sup>

#### **Da exigência de amostra**

4.3. Não haverá a exigência de amostra para a aquisição em questão.

#### **Subcontratação**

4.4. Não é admitida a subcontratação **TOTAL** e/ou **PARCIAL** do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.5. Não haverá exigência da garantia de execução dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando que o pagamento será realizado somente após a entrega e o recebimento definitivo de cada elevador modernizado, o que mitiga o risco financeiro imediato da Administração.

#### **Vistoria**

4.6. É facultada aos licitantes a realização de vistoria técnica nas dependências do Paço Municipal de Cascavel, para o levantamento de dados e informações necessárias à elaboração de suas propostas, considerando a complexidade da modernização de equipamentos fabricados em 1988.

4.7. Caso a licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar, junto à sua proposta, uma Declaração de Pleno Conhecimento do Objeto, firmada por seu responsável técnico, assumindo total responsabilidade pela compatibilidade dos componentes ofertados com a

<sup>1</sup> <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>  
[https://drive.google.com/file/d/1h-s-VGfhrCyPjCvBfElCPeSL\\_GazyMKZ/view](https://drive.google.com/file/d/1h-s-VGfhrCyPjCvBfElCPeSL_GazyMKZ/view)

estrutura existente, não podendo alegar desconhecimento das condições locais para fins de futuros aditivos ou pedidos de reequilíbrio.

4.8. O agendamento para a vistoria deverá ser realizado junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, telefone (45) 3321-2230, em horário de expediente, até o último dia útil anterior à data da abertura da sessão pública

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Após a emissão de Nota de Empenho, a Contratante deverá iniciar a execução dos serviços em até 10 (de) dias e indicará o elevador a ser modernizado. A execução será de 01 (um) equipamento por vez, para não interromper o fluxo do edifício.

5.1.2. A Contratada deverá apresentar-se com cronograma detalhado, munida de recursos técnicos e operacionais (ferramental e peças) para o início imediato.

5.1.3. Os serviços serão prestados de segunda a sexta-feira. Trabalhos em finais de semana poderão ocorrer em etapas ruidosas ou que exijam desligamento total da energia, mediante autorização e acompanhamento de servidor designado.

5.2. É facultada à Contratada a realização de vistoria técnica prévia para compatibilização dos componentes (Sistema INFOSLIM/V3F) com a estrutura existente de 1988, evitando alegações posteriores de desconhecimento.

5.3. Não havendo possibilidade de execução dos serviços, a CONTRATADA deverá emitir Relatório de Não Conformidade, descrevendo as condições do local indicando o(s) motivo(s) dessa impossibilidade.

5.4. Todo o material, peças de reposição (conforme tabela de componentes) e equipamentos de içamento são de responsabilidade da CONTRATADA.

5.5. A modernização deve focar na substituição dos quadros de comando analógicos por digitais com tecnologia V3F, troca de fiação de manobra e atualização estética/segurança das botpeiras e indicadores.

5.6. O transporte, deslocamento de técnicos e a logística de entrega das peças (portas de pavimento, comandos e cabos) ficam a cargo da CONTRATADA.

5.7. As informações e justificativas que não constam expressamente neste Termo de Referência encontram-se devidamente tratadas no Estudo Técnico Preliminar que fundamenta a presente contratação.

#### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.8. Os serviços serão prestados no Paço Municipal José Silvério dos Reis, Rua Paraná, 5000 - Centro, Cascavel PR.

5.9. O horário de execução será preferencialmente comercial, salvo necessidades técnicas de intervenção extraordinária tratadas com a fiscalização.

5.10. Após execução dos serviços, a fiscalização irá aferir as quantidades executadas e elaborar planilha de medição e posteriormente autorização da emissão da nota fiscal.

#### **Materiais a serem disponibilizados, caso necessário.**

#### **5.11. Máquinas e equipamentos**

5.16.1. Para a execução, a contratada deve disponibilizar:

Ferramental de ajuste mecânico e eletrônico (analisadores de carga e frequência);

Dispositivos de sinalização e isolamento das portas de pavimento durante a obra;

EPIs Obrigatórios: Capacete, luvas isolantes, botas de segurança, cinto de segurança para trabalho em altura (poço/caixa de corrida) e protetor auricular necessário;

5.16.1.1. A CONTRATADA deverá prever despesas com guinchos de tração para substituição de motores ou máquinas, se necessário.



**5.16.1.2. Dispositivos de Içamento e Tração** – Talhas, guinchos ou equipamentos específicos para movimentação de motores, quadros de comando e portas de pavimento pesadas.

**5.16.1.3. Instrumentação Eletrônica de Ajuste** – Equipamentos de medição (multímetros, analisadores de frequência e carga) para calibração do sistema V3F e inversores de potência..

**5.16.1.4. Cabos de Manobra e Conectores Blindados** – Fiações de alta resistência e conectores padrão STLZ para garantir a condução segura de dados e energia entre a cabina e a casa de máquinas.

**5.16.1.5. Inversores e Reguladores de Frequência (V3F)** – Equipamentos eletrônicos para ajustar a intensidade da corrente e suavizar a aceleração/frenagem do elevador conforme a carga transportada.

**5.16.1.6. Equipamentos de proteção individual (EPIs)** – Luvas isolantes (BT/AT), botas com solado dielétrico, capacete, óculos de proteção, protetor auricular e cinturão de segurança para trabalho em altura (poço e caixa de corrida).

**5.16.1.7. Ferramental Mecânico Auxiliar** – Furadeiras de impacto, chaves de torque, esmerilhadeiras e ferramentas manuais para ajustes finos em guias, trilhos e fixação de suportes.

**5.16.1.8. Fontes de Energia Auxiliares** – Baterias e sistemas de Nobreak (Resgate Automático) para garantir o funcionamento dos sistemas de emergência durante a instalação e testes.

**5.16.1.9. Lubrificantes e Fluidos Técnicos** – Óleos específicos para guias e graxas para polias de desvio e operadores de porta, garantindo o funcionamento silencioso.

5.16.1.10. **Materiais de Sinalização e Isolamento** – Cones, fitas de isolamento, telas de proteção e placas de "Elevador em Manutenção" para vedar o acesso aos pavimentos e garantir a segurança dos servidores no Paço.

## 5.7. Uniformes e EPIs

5.7.1. Os uniformes e EPIs a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado.

5.7.2. O uniforme deverá compreender, no mínimo, as seguintes peças do vestuário:

5.7.3. Calça, camiseta, camisa de manga longa e demais itens necessários de acordo com as normativas vigentes.

5.7.4. O conjunto de EPIs deverá compreender, no mínimo, as seguintes peças:

5.7.5. Capacete, óculos de proteção, cintos de segurança, luvas de couro, sapatos de borracha com solado rígido e protetores para ouvidos, coletes refletivos e demais itens que se julgarem necessários de acordo com normativas vigentes de segurança do trabalho (NR 06 e NR 38).

## Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.12. A licitante, ao formular sua proposta, deverá considerar todos os custos decorrentes da complexidade técnica dos equipamentos de 1988. Caso opte por não realizar a vistoria técnica facultativa, a contratada assume total responsabilidade pelo dimensionamento dos serviços e materiais, declarando-se ciente de que o valor global ofertado deverá contemplar a plena integração dos novos componentes (Sistema INFOSLIM/V3F) à estrutura existente no Paço Municipal, sem ônus adicional à Administração por erro de avaliação prévia.

5.13. A CONTRATADA deverá prever em seu custo global todas as despesas com logística vertical, incluindo, se necessário, o uso de guinchos de tração, talhas manuais/elétricas ou plataformas de elevação para a movimentação de motores, quadros de comando e portas de pavimento nos níveis elevados do edifício.

5.14. A licitante deverá considerar no custo para o dimensionamento da sua proposta a disponibilidade integral de equipe técnica qualificada, ferramentas de precisão, materiais de consumo, acessórios e todos os componentes listados no Memorial de Itens, necessários para a entrega da modernização funcional e segura.

5.15. A licitação será processada por meio de **Pregão Eletrônico, pelo critério de Menor Preço Global**, sendo a contratação formalizada por instrumento contratual para a execução integral do objeto (modernização dos 03 elevadores). O prazo de entrega e execução integral do objeto será de até 150 (cento e cinquenta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Serviço. A execução deverá seguir o cronograma físico-financeiro apresentado pela contratada, respeitando a modernização escalonada de 01 (um) elevador por vez.

**Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

5.16. O prazo de garantia legal para os serviços de instalação e adequação é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.16.1. Complementarmente, a garantia técnica para os componentes eletrônicos (Quadros de Comando, Inversores V3F e Placas PC PLUS) e itens mecânicos (Operadores de Porta e Máquinas) fornecidos deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir do Recebimento-Definitivo de cada elevador modernizado.

5.16.2. Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá realizar as correções de eventuais falhas decorrentes de defeitos de fabricação ou de instalação, sem qualquer ônus adicional para o Município, incluindo o fornecimento de peças e mão de obra especializada.

5.16.3. O tempo de resposta para atendimento de chamados em garantia, em caso de paralisação total do equipamento, deverá ser de no máximo 04 (quatro) horas, considerando a natureza essencial do transporte vertical no Paço Municipal.

**Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.17. Não serão necessários procedimentos complexos de transição entre prestadores de serviço, uma vez que o objeto se refere à execução por escopo (modernização integral). A finalização do contrato ocorrerá com o Recebimento Definitivo de todos os elevadores modernizados e em perfeito funcionamento.

5.17.1. No ato da entrega final (finalização), a CONTRATADA deverá fornecer ao Município de Cascavel:

5.17.2. Manual de Operação e Manutenção dos novos comandos e componentes instalados;

5.17.3. Diagramas Elétricos Atualizados (As-Built) de cada elevador;

5.17.4. Senhas de Acesso e Programação das placas eletrônicas (INFOSLIM/PC PLUS), garantindo que o Município não fique refém de software proprietário para manutenções futuras.

5.17.5. A natureza do objeto dispensa procedimentos de transição de mão de obra, uma vez que a contratação não prevê dedicação exclusiva de residentes. transição e finalização do contrato neste momento.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. A entrega do objeto solicitado será aferida e avaliada quantitativamente e qualitativamente pelo fiscais, em acordo com os termos descritos neste Termo de Referência quanto à entrega dos produtos e serviços contratados.

6.2. Constatado qualquer desconformidade na entrega do objeto pela fiscalização, esta promoverá:

6.2.1. O pedido de correção ou substituição de componentes em desacordo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, salvo em casos que comprometam a segurança dos usuários, cuja interrupção e sinalização devem ser imediatas.

6.2.2. A notificação da CONTRATADA em caso de atraso injustificado no cronograma de cada elevador, para apresentação de justificativa técnica a ser avaliada pela fiscalização. aceitação ou não destas.

6.3. Ocorrendo quaisquer desconformidades, ficará o contratado sujeito à abertura de procedimento administrativo de apuração de infrações nos termos do Decreto Municipal nº 9.032/2009.



6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.6. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.7. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, observado o disposto no Decreto Municipal nº 17.872/2023.

6.8. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

#### **Preposto**

6.9. A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.10. A CONTRATADA deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período da vigência do CONTRATO.

6.11. A CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### **Fiscalização**

6.12. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Técnica**

6.13. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.14. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

6.15. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.16. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.17. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.18. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

### **Gestor do Contrato**

- 6.21. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registro formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.22. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.23. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.24. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.25. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.26. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.27. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o **boletim de medição**, ou **documento equivalente**, que deverá conter a relação dos serviços executados e dos materiais utilizados, quando couber. O IMR não será utilizado conforme justificativa apresentada em Item 11 do Estudo Técnico Preliminar.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.2.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, conforme os itens abaixo elencados:

7.2.2. O recebimento definitivo será realizado pelo fiscal designado para avaliar o serviço/produto efetuada/entregue;

7.2.3. Deverá ser apresentada junto na Nota Fiscal, boletim de medição com a relação dos serviços/materiais executados, comprovantes de regularidade da empresa (Certidões Negativas) diante a Receita Municipal, Estadual e Federal, Justiça do Trabalho (TST), Fundo de Garantia do Trabalhador (FGTS);

7.2.4. A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de fiscais designados, acompanhados dos profissionais



encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

7.3. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.5. A aprovação da medição prévia apresentada pela CONTRATADA não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

7.6. O recebimento definitivo do objeto não inclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em CONTRATO e por força das disposições em vigor.

7.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e serviços descritos no empenho/boletim de medição, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.8. Somente poderão ser considerados para efeito de pagamento os materiais e serviços efetivamente executados e/ou instalados pela contratada, em conformidade com os projetos e especificações técnicas.

#### **Do recebimento**

7.9. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das

exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Decreto nº 17.872/2023).

7.10. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.11. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.12. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.13. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.14. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.14.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.14.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.14.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.14.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.14.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias (mensalmente), contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.16.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.16.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

7.16.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.16.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.16.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **Liquidação**

7.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 8 (oito) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.21. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.22. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;



e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.23. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.24. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.25. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.26. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.27. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.28. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.29. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.30. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior. Havendo divergência entre o prazo informado na Requisição, permanece o prazo estipulado no Termo de Referência.

7.31. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - **IPCA**.

#### **Forma de pagamento**

7.32. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.33. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.34. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.34.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.35. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL, visando a integridade técnica e a responsabilidade única pela modernização dos equipamentos.

8.1.1. A adoção do critério de julgamento pelo Preço Global justifica-se pela imperatividade técnica de que a modernização e a manutenção corretiva sejam executadas por uma única empresa especializada. A divisão do objeto em itens distintos comprometeria a integridade da responsabilidade técnica (ART), a compatibilidade tecnológica entre os componentes eletrônicos (comandos) e mecânicos, além de fragmentar a garantia integral do sistema. A centralização em lote único assegura a padronização dos equipamentos e a celeridade na manutenção pós-entrega, mitigando riscos de conflitos entre diferentes fornecedores em caso de falha dos elevadores.

### Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será a Empreitada por Preço Global, conforme Art. 46, inciso II da Lei nº 14.133/2021, em razão de o objeto ser uma obra/serviço de engenharia com escopo, quantidades e especificações previamente delimitadas.

### Prazo de validade das propostas

8.3. A proposta encaminhada pelo licitante terá validade de **120 (cento e vinte) dias**. Quanto ao prazo solicitado, o mesmo serve para que a administração pública tenha tempo suficiente para analisar as propostas recebidas, realizar os demais procedimentos necessários e tomar a decisão da contratação. Para os licitantes, o prazo de validade das propostas representa um compromisso de manter as condições ofertadas durante esse período, evitando alterações nas propostas ou desistência das mesmas, fazendo com que os processos retem fracassados.

### Forma de fornecimento

8.4. O fornecimento e a execução do objeto ocorrerão de forma escalonada, por unidade de equipamento (elevador), conforme cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Administração.

8.5.1. A modernização deverá priorizar a execução de 01 (um) elevador por vez, garantindo que os demais permaneçam em operação para não comprometer a acessibilidade e o fluxo de pessoas no Paço Municipal.

8.5.2. A liberação para o início da modernização do equipamento subsequente ficará condicionada à entrega, testes de segurança e recebimento provisório do elevador anteriormente paralisado para intervenção.

#### **Exigências de habilitação**

8.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

##### **Habilitação jurídica**

8.6. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.7. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.8. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.9. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



8.10. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

8.11. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.13. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.14. Não será informado a documentação de Agricultor Familiar e Produtor Rural devido a natureza da contratação

8.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou/e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- Qualificação Econômico-Financeira**
- 8.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;
- 8.25. Certidão negativa de falência e de Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 8.26. A presente solicitação vem no sentido de comprovar os critérios mínimos esperados da empresa vencedora para que realize a contento os serviços objetos desta contratação. A solicitação acima não se demonstra restritiva de forma qual é habitual as participantes de licitação no fornecimento das documentações acima solicitadas.

### **Disposições referentes à participação de Cooperativas**

8.27. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.28. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.29. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.30. O registro previsto na Lei n° 5.764, de 1971, art. 107;

8.31. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.32. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

8.33. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n° 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

### **Qualificação Técnica**

8.34. Os critérios de Qualificação Técnica a serem atendidos pelo licitante será:

8.34.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.34.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados e/ou em execução.

8.34.3. Comprovação de registro ou inscrição da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) de sua região, em plena validade..

8.34.4. Comprovante de Registro do Responsável Técnico da empresa no Conselho de Classe competente (CREA), devendo o profissional possuir formação em Engenharia Mecânica ou Engenharia Elétrica, com atribuições profissionais que incluam a responsabilidade técnica por instalação e manutenção de elevadores (conforme Resoluções do CONFEA).

8.34.4.1. O(s) responsável (is) técnico(s) acima elencado(s) deverá(ão) pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega assinatura do contrato, entendendo-se como tal, para fins deste processo, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

8.35. Vale ressaltar que cabe a Administração Pública o direito de exigir dos licitantes a comprovação de aspectos técnicos indispensáveis ao cumprimento das obrigações inerentes à futura contratação, de forma a garantir que a licitante vencedora possua o conhecimento necessário para executar o serviço de forma correta, com o cumprimento de todas as normas legais vigentes.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 513.183,73 (quinhentos e treze mil, cento e oitenta e três reais e setenta e três centavos)**, conforme a média aritmética obtida na pesquisa de preços e detalhada na requisição e mapa de custos em anexo.

9.1. A Administração optou por não apresentar uma planilha de decomposição de custos baseada em tabelas de referência genéricas (como SINAPI), visto que o objeto envolve tecnologia

específica e componentes proprietários (Sistema INFOSLIM/V3F) para equipamentos fabricados em 1988, cujos custos de integração e software são específicos de mercado. Entretanto, será exigido do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar a apresentação da Planilha de Composição de Custos Detalhada, demonstrando a viabilidade técnica e financeira da proposta, conforme modelo disponibilizado no Edital.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

10.1.1. A contratação será atendida pelas dotações a serem informadas em Requisição ao Compras.

Cascavel, 19 de janeiro de 2026.

Elaborado por: Edinaldo

Equipe de Planejamento:

Edinaldo Marcondes de Oliveira

Matrícula 17.820-1

Autorizado por:

Joacir Aparecido Cosma

Secretário de Planejamento e Gestão

Gabriel Vinicius Rabel

Matricula 31.810-1

**CASCADEL**



**ANEXO 01**

Processo Administrativo nº 40668/2026

1. Considerando as opções abaixo, deve ser analisado pela Unidade requisitante e definido uma das duas redações para serem utilizadas:

"Na presente licitação, a Microempresa (ME) e a Empresa de Pequeno Porte (EPP) poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, desde que a atividade de modernização e manutenção de elevadores esteja prevista em seu objeto social e que a licitante atenda aos requisitos de elegibilidade da Lei Complementar nº 123/2006, observadas as vedações de retenção na fonte quando houver cessão de mão de obra, conforme legislação tributária vigente"

- 1.1 Informamos que, na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte PODERÃO se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

2. Considerando a Resolução da Procuradoria Geral do Município de Cascavel/PR, qual exige, em sua Cláusula Quinta – 'PREÇO', a opção por manter ou suprimir a redação abaixo:

"O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos."

- 2.1 Informamos que o contrato deverá ser firmado pelo VALOR ESTIMADO a ser pago à contratada.

3. Os preços contratuais serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses. Caso ocorra prorrogação excepcional de prazo que ultrapasse este período, o índice de reajuste a ser adotado será o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), ou outro que vier a substituí-lo, tomando como base a data da apresentação da proposta;

52  
1.

4. Considerando a Resolução da Procuradoria Geral do Município de Cascavel/PR, informamos, quanto à GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL prevista em sua Cláusula Décima, que:

I. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

5. Considerando a Resolução da Procuradoria Geral do Município de Cascavel/PR, qual exige, em sua Cláusula Décima-Segunda a previsão da EXTINÇÃO CONTRATUAL, informamos, que deverá constar, no instrumento contratual, a seguinte redação:

5.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

5.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

6. Por fim, os servidores designados para exercerem as funções e atribuições especificadas no Decreto Federal nº 17.872/2023 neste processo serão indicados abaixo, bem como em portarias anexas.

Relação dos integrantes da equipe de fiscalização:

#### 7.12. SEPLAG

##### 7.12.1. Sidney Joaquim dos Santos - GESTOR

7.12.2. Jaime Novais Antun - SUPLENTE DE GESTOR

7.12.3. Ana Claudia Pereira Cordeira - FISCAL

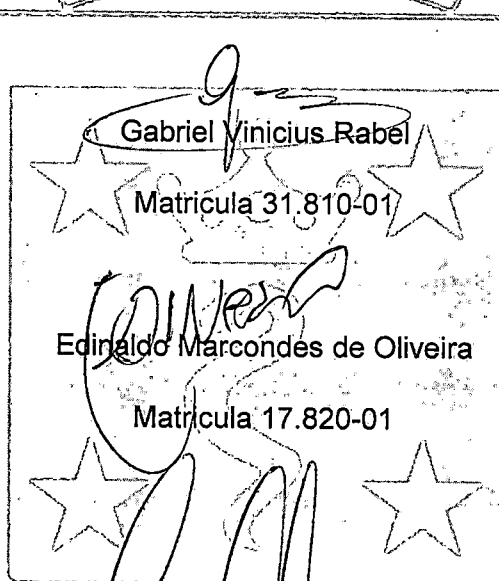
7.12.3. Lucilvani da Silva Coghetto - SUPLENTE DE FISCAL

Cascavel, 19 de março de 2026.

Elaborado por: Edinaldo

Equipe de Planejamento

De acordo,



Joacir Aparecido Cosma  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

DESCRIÇÃO TÉCNICA	UNID	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
COMANDO INFOSLIM STD V3F REDE 220V COM: KIT FREIO MAG 110VCC 3ª REDE 220V 60HZ KIT LIGA/DESLICA KIT PARA OPERADORES DE PORTA KIT RESGATE SEMI AUTOMÁTICO KIT PARA VENTILADOR STLZ DA FIAÇÃO NA PLACA STLZ DO COMANDO NA PLACA INVERSOR DE POTENCIA CFW500 33AMPERES	CJ	03		
BOTOEIRA INTERIÇA INOS DE BOTÕES P/ ELEVADOR BOTÕES DE FUNÇÃO AP'/AL/FP INTERFONE – PRIME CHAVE YALE1 SIM CHAVE UALE 2 L/D CHAVE YALE 3 LUZ CHAVE YALE 4 VENTILADOR INDICADOR DE BOTOEIRA BIG GLASS AZUL INTERCOMUNICADOR COM INTERFONE INTERFACE DE CHAMADA MINICAB INFOSLIM LUZ DE EMERGENCIA PARA ELEVADOR PAINEL INOX INTERIÇA 4 PARADAS PLACA INFOVOICE MENSAGENS DE VOZ 4 BOTÕES PRIME AZUL	CJ	03		
BATERIA PARA NOBREAK/RESGATE 12V 9HA P/ ELEV	UNID	12		
BOTOEIRA DE INSPEÇÃO DE FUNDO DE POÇO NBR16858	UNID	03		
BOTOEIRA DE PAVIMENTO PLANA GLASS AZUL COM 1 BOTÃO PRIME AZUL	UNID	12		
CABO DUPLEX GENIUS/INFOSLIM 6M PARA ELEVADOR	UNID	01		
CAIXA DE INSPEÇÃO E PASSAGEM INFOSLIM CM PLUS	UNID	03		
CAIXA DE EMERGENCIA NORMA NBR 16858	UNID	03		
CAIXA DE SINALIZAÇÃO 12/24V ALARME CONTINUO	UNID	03		
CAIXA FUNDO DE POÇO PAP PARA ELEVADOR	UNID	03		
CENTRAL DE COMUNICAÇÃO PARA ELEVADOR	UNID	03		
CONECTOR STLZ 6 VIAS FEMEA	UNID	03		
CONECTOR STLZ 9 VIAS FEMEA	UNID	03		
CONJUNTO DE RESISTOR DE FRENAGEM15 OMS 1,4KW	UNID	03		
CONJ. RESGATE AUTOMÁTICO PARA ELEVADOR 15HP	UNID	03		
CABO DE MANOBRA 9 VIAS 0,75mm PARA ELEVADOR	MT	108		
FIAÇÃO DE CABINA STLZ PC PLUS INFOSLIM	UNID	03		
FIAÇÃO DE POÇO INFOSLIM 2V IPD PORTA P/ ELEV	MT	90		
FIAÇÃO DE POÇO LINHAS RESERVAS	MT	90		
FIAÇÃO DE POÇO PARA ILUMINAÇÃO E ARANDELAS	MT	93		
IMÁ PARA ELEVADOR	UNID	48		
INFOSENSOR SIMPLES 24V PARA ELEVADOR	UNID	12		
INTERRUPTOR DE SOBREPOR SOLO PARALELO	UNID	06		
LIMITE FIM DE CURSO PARA ELEVADOR	UNID	18		
LUMINARIA LED PARA ILUMINAÇÃO DO POÇO ELEV	UNID	15		
SISTEMA DE EMERGÊNCIA BIVOLT AUTOMÁTICO	UNID	03		
PLACA ELETRONICA PC PLUS PARA ELEVADOR	UNID	03		
PLANBRIC SINALIZADOR ACUSTITO BR BUZZER	UNID	03		
SIRENE PARA ELEVADOR	UNID	03		
SUPORTE DE LIMITE COM PARAFUSOS PAR ELEVADOR	UNID	18		
SUPORTE PARA QUADRO DE COMANDO	KIT	03		
OPERADOR DE PORTAS DE CABINA FERMATOR	CJ	03		
PORTAS DE PAVIMENTO EM AÇO INOX S/ BATENTE	CJ	12		
			<b>TOTAL GERAL:</b>	<b>R\$</b>

54  
1.



MUNICÍPIO DE CASCAVEL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

55  
1.

**ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA**

Atestamos que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante abaixo assinado, realizou no dia \_\_/\_\_/2026 vistoria técnica nas dependências do Paço Municipal. A licitante declara ter tomado pleno conhecimento das condições locais, da estrutura física dos poços e das especificações técnicas dos 03 (três) elevadores SUR/THYSSENKRUPP (Modelo Griffen Lume), estando ciente de todas as exigências para o fornecimento e instalação dos materiais listados no Termo de Referência.

Cascavel/PR, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante da Empresa

\_\_\_\_\_  
Carimbo e Assinatura do Servidor Municipal





MUNICÍPIO DE CASCAVEL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

56  
1

**DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISTORIA**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, declara formalmente que optou por **NÃO** realizar a vistoria técnica prevista no Edital. Declara, ainda, que possui pleno conhecimento da natureza e complexidade dos serviços de modernização técnica dos elevadores SUR/THYSSENKRUPP (Modelo Griffen Lume), bem como dos componentes listados na planilha de produtos. Desta forma, assume integral responsabilidade pela elaboração de sua proposta e pela perfeita execução do objeto, renunciando a qualquer direito de futura reclamação ou pedido de reequilíbrio econômico-financeiro baseado na alegação de desconhecimento das condições locais ou técnicas dos equipamentos.

Cascavel/PR, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

**Assinatura do Representante Legal da Empresa**

### **ANEXO III**

#### **DECLARAÇÃO DE INTERESSE**

Ao Município de Cascavel/PR

Ref.: Licitação [Número do certame]

Item: \_\_\_\_\_

Eu, [Nome completo], representante legal da empresa [Nome da empresa], inscrita no CNPJ sob o nº [Número do CNPJ], com sede em [Endereço completo], venho, respeitosamente, manifestar nosso interesse em [compor o cadastro reserva para fornecimento **OU** assumir o remanescente do contrato], nos termos da referida licitação, conforme alternativa escolhida abaixo:

☐ Tenho interesse em fornecer nas mesmas condições do primeiro colocado, inclusive em relação à marca, modelo e valor.

☐ Tenho interesse em fornecer nas minhas condições e, para tanto, ofereço o valor de R\$ XX,XX, observada a classificação do certame.

Dessa forma, permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos e providências necessárias.

Atenciosamente,

[Local e Data]

**[Nome do representante legal]**

[Cargo]

[Nome da empresa]

[Contato]

**RESOLUÇÃO Nº75/2024-PGM**

**Súmula:** Aprova a Minuta Padronizada de Contrato para Contratação Obras e de Serviços Comuns de Engenharia

O **PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no exercício das atribuições legais e regulamentares definidas na Lei nº 6.792/2017, de 13 de dezembro de 2017,

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Aprova a Minuta Padronizada de Contrato para Contratação Obras e de Serviços Comuns de Engenharia.

**Art. 2º.** Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**PUBLIQUE-SE.**

Cascavel, 22 de abril de 2024.

**Edson Zorek**  
Procurador-Geral do Município  
EDSON  
ZOREK:027565169  
02

Assinado de forma digital por  
EDSON ZOREK:02756516902  
Dados: 2024.04.23 14:29:41  
-03'00'

## MUNICÍPIO DE CASCATEL

### SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

#### MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

#### OBRAS E SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA – LICITAÇÃO

(Processo Administrativo nº40668/2026)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE FAZEM  
ENTRE SI, POR INTERMÉDIO DO MUNICÍPIO DE  
CASCATEL E .....

O Município de Cascavel, com sede na Rua Paraná nº 5000, na cidade de Cascavel/PR, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 76.208.867/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. XXXXXXXXXX, brasileiro, portador da matrícula funcional nº XXXXXX, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na .....*, doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *do Pregão Eletrônico OU Concorrência nº .../...*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

O objeto do presente instrumento é a **Modernização técnica e manutenção corretiva integral de 03 (três) elevadores SUR/Thyssenkrupp (modelo Griffen Lume) do Paço Municipal de Cascavel**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

##### 2.1. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

## MUNICÍPIO DE CASCATEL

### SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

1						
2						
3						
...						

2.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.2.1. O Termo de Referência;

2.2.2. O Edital da Licitação;

2.2.3. A Proposta do contratado;

2.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2.3. O regime de execução é o de *empreitada por preço global*.

### CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;



e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

3.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

6.1. *O valor mensal da contratação é de R\$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R\$ ..... (.....).*

**OU**

6.2. *O valor total da contratação é de R\$..... (.....)*

6.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.4. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

## MUNICÍPIO DE CASCATEL

### SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

#### CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

7.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.1.1 O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais [elaboradas com base no SINAPI

8.2. Após o interregno de um ano, e *[independentemente de pedido do contratado] OU [desde que haja pedido do contratado]*, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do(s) índice(s) \_\_\_\_\_ (*indicar o índice a ser adotado*), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.2 *Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.*

8.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE [\(art. 92, X, XI e XIV\)](#)**

9.1. São obrigações do Contratante:

9.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

9.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.10. Cientificar a Controladoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

## MUNICÍPIO DE CASCAVEL

### SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

9.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.11.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **XXXXXX**.

9.13. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

9.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.15. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

9.16. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

9.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

9.18. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.19. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

## MUNICÍPIO DE CASCAVEL

### SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

10.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

10.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)); e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

10.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

10.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;



## MUNICÍPIO DE CASCATEL

### SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

10.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

10.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

10.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

## MUNICÍPIO DE CASCATEL

### SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

10.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

10.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

10.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

10.25. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

10.26. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

10.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

10.28. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

10.29. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

10.30. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

## MUNICÍPIO DE CASCATEL

### SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

10.31. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

10.32. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

10.33. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

10.34. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

10.35. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

10.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

10.37. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do [artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006](#), de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

10.38. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

9.41.1 Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

## MUNICÍPIO DE CASCATEL

### SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

9.41.2 Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme [artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981](#), e [Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014](#), e legislação correlata;

9.41.3 Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.41.4 Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

10.39. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, nos seguintes termos:

9.42.1 O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.42.2 Nos termos dos [artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002](#), o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.42.2.1 resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.42.2.2 resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.42.2.3 resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

## MUNICÍPIO DE CASCATEL

### SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

9.42.2.4 resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.42.3 Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.42.4 Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

10.40. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.43.1 Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na [Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006](#), e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.43.2 Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da [Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90](#), e legislação correlata.

10.41. Deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

10.42. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

10.43. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

10.44. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.



## MUNICÍPIO DE CASCAVEL

### SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

13.1. As sanções administrativas são aquelas previstas no edital.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

## MUNICÍPIO DE CASCATEL

### SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

14.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.5.3. Indenizações e multas.

14.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

14.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade:
- II. Fonte de Recursos:
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa:
- V. Plano Interno:
- VI. Nota de Empenho:

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

## MUNICÍPIO DE CASCADEL

### SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cascavel/PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Cascavel, PR, [dia] de [mês] de [ano].

\_\_\_\_\_  
MUNICÍPIO DE CASCADEL  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

12  
1.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**MODERNIZAÇÃO TÉCNICA E MANUTENÇÃO CORRETIVA INTEGRAL DE 03 (TRÊS) ELEVADORES SUR/THYSSENKRUPP (Modelo Griffen Lume) DO PAÇO MUNICIPAL DE CASCAVEL.**

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

**1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**Fundamentação:** Não utilização de SRP, justifica-se que o Sistema de Registro de Preços não se aplica pois o serviço é específico, individualizado e imediato (reforma/modernização de 3 equipamentos fixos), e não uma demanda imprevisível ou parcelada. Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso I do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

**1.1. Justificativa da Necessidade (Problema a ser resolvido):**

A necessidade de intervenção fundamenta-se na obsolescência severa e na fadiga de material dos componentes atuais. O cenário atual apresenta os seguintes riscos e deficiências:

**1.1.1 Escassez de Peças:** Por se tratar de tecnologia "legada" (antiga), há uma grave dificuldade na reposição de peças originais. A manutenção corretiva tornou-se paliativa e incerta, elevando o tempo de inoperância dos elevadores e prejudicando o atendimento ao público e o fluxo de trabalho dos servidores.

**1.1.2. Insegurança e Risco Operacional:** O desgaste dos sistemas de comando e limites de fim de curso aumenta exponencialmente o risco de incidentes críticos, como aprisionamento de passageiros, falhas de nivelamento e paradas bruscas, em desacordo com as exigências da ABNT NBR 15597.

**1.1.3. Desperdício Energético:** Os atuais sistemas de tração e comando são ineficientes se comparados às tecnologias modernas de inversores de frequência (V3F).

**1.1.4. Alinhamento ao Interesse Público e Normativas:** A contratação é imperativa para garantir a continuidade do serviço público no Paço Municipal, fundamentando-se em:

**1.1.5. Segurança e Integridade Física:** Proteção dos usuários conforme as normas de transporte vertical.

**1.1.6. Acessibilidade (Lei Federal nº 13.146/2015 e NBR NM 313):** A modernização permitirá a instalação de sintetizadores de voz, sinalização visual (IPD Big Glass) e nivelamento preciso, garantindo autonomia e dignidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

1.1.7. **Sustentabilidade:** Redução estimada de até 40% no consumo de energia elétrica dos equipamentos através da tecnologia V3F.

1.2. **Planejamento Estratégico:** A solução escolhida demonstra o melhor custo-benefício para a Administração, pois preserva a estrutura mecânica robusta existente, enquanto atualiza toda a "inteligência" e segurança dos elevadores, prolongando a vida útil do ativo por no mínimo mais 20 anos com um investimento significativamente inferior à aquisição de equipamentos novos.

### 1.3. DA IMPORTÂNCIA DOS ITENS

1.3.1. A solução técnica escolhida não se trata de uma reforma estética, mas de uma modernização tecnológica sistêmica. Os valores e quantidades estão detalhados na Planilha Orçamentária anexa, a qual constitui o detalhamento fiel e precificado dos serviços técnicos de modernização e fornecimento de componentes descritos minuciosamente no item 1.1.2 do Termo de Referência:

#### 1.3.2. Inteligência e Controle:

1.3.2.1. **Quadros de Comando INFOSLIM V3F:** Representam o "cérebro" do elevador. A substituição dos antigos comandos eletromecânicos por esta tecnologia digital permite o controle preciso da velocidade e o monitoramento em tempo real de falhas.

1.3.2.2. **Inversor de Frequência (V3F):** Essencial para a suavidade das viagens (partidas e paradas sem solavancos) e para a eficiência energética, reduzindo o desgaste mecânico da máquina de tração.

1.3.2.3. **Sistemas de Fiação STLZ Genius:** A substituição da fiação de manobra antiga (muitas vezes ressecada e com mau contato devido à idade) por cabos estruturados com conectores rápidos elimina interrupções de sinal que causam paradas inesperadas.

#### 1.3.4. Segurança e Resgate Automático:

1.3.4.1. **Kit Nobreak/Resgate:** Item de altíssima relevância para o Paço Municipal, pois garante que, em caso de falta de energia elétrica, o elevador se desloque até o andar mais próximo e abra as portas automaticamente, evitando o confinamento de servidores e munícipes.

1.3.4.2. **Limites de Fim de Curso e Sensores:** Componentes críticos que garantem que a cabina não ultrapasse os limites de segurança no poço ou na parte superior (passagem superior).

#### 1.3.5. Acessibilidade e Interface Humano-Máquina:

1.3.5.1. **Sintetizadores de Voz e Interfonia Viva-Voz:** Fundamentais para o cumprimento da NBR NM 313. O sintetizador informa o andar em que o elevador se encontra e o sentido de direção, sendo indispensável para usuários com deficiência visual.

1.3.5.2. **Botoeiras Totem e IPD Big Glass:** Garantem uma interface moderna e de fácil leitura, com sinalização clara de posição e mensagens de emergência.

#### 1.3.6. Operação de Portas:

1.3.6.1 **Operadores VVVF e Portas em Inox:** As portas de pavimento e cabina são os componentes que mais sofrem desgaste por uso. A substituição por novos mecanismos de fecho e operadores eletrônicos garante um fechamento silencioso, seguro e livre de travamentos, além de atualizar o aspecto visual do prédio com acabamento em aço inox escovado.



## 1.4. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

1.4.1. **Da Justificativa para o Enquadramento como Serviço Não Contínuo:** O objeto desta contratação é classificado como serviço técnico de engenharia de natureza não contínua. Tal enquadramento justifica-se pelo fato de que o escopo principal é a modernização técnica integral (reforma estrutural e tecnológica) dos 03 (três) elevadores, com a entrega de um produto final específico e prazo determinado para encerramento.

Diferente dos serviços de manutenção preventiva mensal, que visam a conservação rotineira, esta contratação foca em um incremento patrimonial e tecnológico único. As obrigações da contratada se exaurem com o recebimento definitivo das obras de modernização e o decurso do prazo de garantia técnica, não havendo necessidade de manutenção de vínculo contratual perene após a execução, o que afasta a natureza de continuidade prevista no Art. 6º, inciso XV, da Lei 14.133/2021

## 2 –DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso II do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG ).**

2.1. Os itens a serem adquiridos devem seguir, **no mínimo**, os seguintes requisitos:

2.1.1. Na elaboração desta contratação, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

2.1.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

2.1.3. Visando um maior desenvolvimento nacional sustentável, a presente aquisição observará os princípios da economicidade, eficácia, eficiência para melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais, de forma a utilizar-se da menor quantidade possível de recursos que causem impactos negativos para a sociedade e para o meio ambiente.

2.1.4. Devem ser atendidos, quando couber, os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 6º Edição e na Instrução Normativa nº 01/2024 - Dispõe sobre os Critérios de Sustentabilidade Ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta.1.

2.1.5. Proceder à separação dos resíduos recicláveis descartados de forma seletiva, especialmente o

<sup>1</sup> <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>  
[https://drive.google.com/file/d/1h-s-VGfhrCyPjCvbfelCPesL\\_GazyMKZ/view](https://drive.google.com/file/d/1h-s-VGfhrCyPjCvbfelCPesL_GazyMKZ/view)

papel, plásticos de base biológica ou reciclados como rPVC, rPET ou PLA, de acordo com o programa de coleta seletiva do órgão.

2.1.6. Por fim, a (s) empresa (s) contratada (s) deverá(ão) observar as práticas de sustentabilidade previstas em lei, decretos e resoluções de órgãos ambientais, bem como o respeito a medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, que possam vir a ser causados pelo objeto contratado.

## 2.2. Critérios Técnicos:

### 2.2.1. O fornecedor deve garantir:

2.2.1.1. Os serviços de modernização e as peças instaladas deverão possuir garantia total mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do Recebimento Definitivo do objeto. Durante o período de garantia, a contratada deverá prestar assistência técnica integral, sem qualquer ônus adicional ao Município, para correção de falhas decorrentes dos serviços executados ou defeitos nos componentes fornecidos.

O atendimento para chamados corretivos deverá ocorrer em um prazo máximo de 02 (duas) horas para casos de passageiros retidos e de 04 (quatro) horas para chamados de paralisação técnica.

2.2.1.2. Treinamento de Entrega: Realizar 01 (um) treinamento técnico de entrega para a equipe da Prefeitura, focado nas novas funcionalidades do sistema, operação das botoeiras de cabina e pavimento, e funcionamento do sistema de resgate automático (Nobreak).

2.2.1.3. Documentação Técnica "As-Built": Fornecer o manual de operação dos novos comandos, esquemas elétricos atualizados e os códigos de acesso à programação do sistema, garantindo que a Administração não sofra com reserva de mercado (sistema aberto).

2.2.1.4. Comprovação da Acessibilidade: A solução entregue deve contemplar obrigatoriamente o funcionamento dos sintetizadores de voz e sinalização visual (IPD), conforme exigido pela NBR NM 313.

2.3. **CONDIÇÕES DE ENTREGA:** O prazo de entrega dos bens/serviços é de 150 dias, contados da assinatura do contrato, a execução dos serviços ocorrerá de forma escalonada, por unidade modernizada. Cada elevador somente será considerado "entregue para uso" após a conclusão integral da instalação dos itens previstos na planilha (Comandos, Fiação STLZ, Operadores de Porta e Sinalização) e a realização de testes de carga e nivelamento.

2.4. **VISTORIA:** A necessidade de vistoria técnica prévia justifica-se pela complexidade do sistema de elevadores existente, sendo as regras de agendamento e o modelo de atestado detalhados no Item 4.6 do Termo de Referência.

## 3 – CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DE COMPRAS, SERVIÇOS E OBRAS.

**Fundamentação:** O catálogo eletrônico de padronização constitui ferramenta informatizada,

**disponibilizada e gerenciada pela Administração Pública Direta Municipal, com indicação de preços, destinado a permitir a padronização de itens a serem contratados pela Administração e que estarão disponíveis para a licitação ou para contratação direta. (inciso II do § 1º do art. 19 da Lei 14.133/2021 e Portaria 0107/2023 - SEPLAG.)**

16

3.2. Verificou-se que o referido catálogo disponibiliza, até o presente momento, padronização apenas para itens de consumo específicos (como água mineral, café e açúcar), não contemplando soluções de engenharia para modernização de transporte vertical ou componentes eletrônicos de elevadores.

3.3. Diante da inexistência de itens padronizados que guardem similaridade com o objeto desta contratação (modernização de elevadores de 1988 com tecnologia V3F e sistema STLZ), a Administração prosseguiu com a elaboração de especificações próprias e detalhadas, baseadas nas normas técnicas vigentes (ABNT) e na realidade física do Paço Municipal, visando garantir a melhor solução técnica e econômica.

#### **4 - LEVANTAMENTO DE MERCADO**

**Fundamentação:** Não houve contratação anterior do objeto. Valores baseados em orçamento de fornecedores com composições de custos para modernização de transporte vertical. Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso III do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG.)

4.1. Análise das Alternativas Possíveis: A equipe de planejamento avaliou os cenários viáveis para solucionar a precariedade do transporte vertical no Paço Municipal, considerando que os equipamentos datam de 1988:

Alternativa 1 – Manutenção Corretiva Pontual (Status Quo): Consiste em continuar substituindo apenas as peças que apresentam falha imediata. Análise: Inviável. A tecnologia de 1988 possui componentes eletrônicos (relés e placas analógicas) que não são mais fabricados. A falta de peças originais gera paradas prolongadas e "gambiarras" técnicas que comprometem a segurança dos usuários, além de manter um alto consumo de energia.

Alternativa 2 – Substituição Integral (Equipamentos Novos): Consiste na remoção completa da estrutura e instalação de elevadores novos. Análise: Embora tecnologicamente ideal, o custo estimado é proibitivo e exigiria obras civis estruturais profundas na caixa de corrida (poço) e casa de máquinas, paralisando o fluxo do Paço Municipal por tempo indeterminado.

Alternativa 3 – Modernização Técnica e Tecnológica (Solução Escolhida): Consiste em manter a estrutura mecânica robusta e substituir toda a "inteligência" do sistema (quadros de comando, fiação STLZ, operadores de porta e sinalização).

4.2. Justificativa Técnica e Econômica da Escolha:

A Alternativa 3 foi selecionada como a mais vantajosa para o Município de Cascavel pelos seguintes motivos: Segurança Crítica e Mitigação de Riscos: A modernização elimina o risco de aprisionamento de passageiros e falhas de nivelamento causadas por comandos obsoletos. A instalação de sistemas de resgate automático (Nobreak) e sensores de última geração garante a integridade física de servidores e munícipes, atendendo à NBR 15597.

Média de Mercado e Economicidade: O levantamento realizado junto a empresas especializadas (Lion, Ajust e Masterdomus) resultou em uma média aritmética de R\$ 513.183,73 para a solução completa nos

03 elevadores. Este valor representa a realidade do mercado para intervenções em equipamentos com o nível de obsolescência dos elevadores do Paço.

Eficiência e Sustentabilidade: A introdução da tecnologia V3F garante viagens suaves e reduz drasticamente o consumo de energia, além de resolver o problema da escassez de peças, uma vez que o sistema passa a utilizar componentes modernos e de fácil reposição.

#### 4.3. Conclusão do Levantamento:

Diante do exposto, a modernização técnica é a solução de engenharia que garante a segurança operacional e a acessibilidade (NBR NM 313) com o melhor aproveitamento do recurso público, baseando-se em valores reais de mercado validados pelo mapa comparativo anexo.

### 5 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

**Fundamentação:** *Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (Inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º e inciso IV do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG). Define-se para esta contratação o regime de Empreitada por Preço Global. Tal escolha justifica-se pela natureza do serviço (obra de engenharia para modernização), onde é possível definir previamente, com margem mínima de erro, as quantidades e os tipos de materiais e serviços necessários. Este regime garante maior segurança ao Município quanto ao valor total do investimento, evita aditivos por quantidades subestimadas e assegura que a contratada seja responsável pela entrega do sistema em pleno funcionamento, assumindo os riscos ordinários da execução técnica.*

5.1. Para viabilizar a solução da obsolescência tecnológica e garantir a segurança dos usuários do Paço Municipal, a solução consiste na Modernização Técnica e Manutenção Corretiva Integral dos 03 (três) elevadores SUR/THYSSENKRUPP (Modelo Griffen Lume). Esta intervenção compreende o fornecimento e instalação de novos sistemas de controle (Quadros de Comando V3F), substituição integral da fiação de manobra (Sistema STLZ), modernização dos operadores de portas e atualização dos itens de acessibilidade e sinalização.

5.2. Devido à complexidade técnica que envolve os serviços de engenharia e além dos requisitos mínimos da contratação anunciados no tópico 2, a solução abrange:

5.2.1. A CONTRATADA deve executar os serviços de modernização conforme as normas técnicas da ABNT (especialmente a NBR 15597 e NBR NM 313), garantindo que os componentes novos sejam plenamente compatíveis com a estrutura mecânica remanescente de 1988.

5.2.2. A CONTRATADA deve fornecer toda a documentação técnica atualizada ("As-Built"), esquemas elétricos e manuais de operação dos novos componentes instalados, garantindo que o sistema seja "aberto" para futuras manutenções por terceiros, sem bloqueios eletrônicos.

5.2.3. A CONTRATADA não poderá impor normas, regulamentos ou restrições técnicas que infrinjam as diretrizes do processo licitatório ou que limitem o acesso da Administração aos códigos de programação e parametrização dos equipamentos modernizados.

5.2.4. A CONTRATADA deve garantir que a solução entregue contemple o Sistema de Resgate Automático (Nobreak) funcional, permitindo a liberação de passageiros em caso de falta de energia, conforme requisito de segurança essencial do objeto.

5.2.5. Da Garantia e Assistência Técnica: A solução inclui a garantia técnica integral (peças e mão de obra de instalação) por um período mínimo de 12 (doze) meses. Durante este prazo, a

contratada deve garantir a substituição de qualquer componente que apresente vício ou defeito de fabricação em até 05 (cinco) dias úteis, sem custos adicionais à Administração.

5.2.6. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) ou índice específico de obras/serviços de engenharia, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

## 6 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

**Fundamentação:** *Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso V do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG.).*

6.1. A estimativa de preços desta contratação baseia-se estritamente em pesquisa de mercado atualizada, realizada com empresas especializadas do setor, e não em histórico de compras anteriores do Município, uma vez que, conforme registrado no DFD e no item 4 deste ETP, trata-se da primeira intervenção de modernização técnica integral realizada nestes equipamentos desde sua instalação.

## 7- ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

**Fundamentação:** *Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21 e inciso VI do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG.).*

7.1. Para a balização do valor estimado da contratação, a Administração utilizou o parâmetro de pesquisa direta com fornecedores especializados, conforme autorizado pelo Art. 23, § 1º, inciso IV da Lei nº 14.133/2021 e pela Instrução Normativa nº 002/2023 - SEPLAG. A escolha deste parâmetro justifica-se pela especificidade técnica da modernização de equipamentos fabricados em 1988, cujos componentes de reposição e adaptação tecnológica não possuem referência direta em catálogos de bens comuns:

Estimativa do Preço - Orçamentos com Fornecedores			
Lion Elevadores LTDA	Ajust Elevadores	Masterdomus	Estimativa do Preço da contratação (Média)
R\$ 684.870,86	R\$ 325.016,02	R\$ 529.664,31	R\$ 513.183,73

## 8 - JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

**Fundamentação:** *Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VII do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).*

8.1. A modernização de elevadores de 1988 exige a integração perfeita entre o Quadro de Comando, a Fiação de Manobra (Sistema STLZ) e os Operadores de Porta. O parcelamento desses itens entre diferentes fornecedores criaria um conflito de responsabilidades ("jogo de empurra") em caso de falhas, prejudicando a garantia do serviço e a segurança dos usuários. Portanto, a aglutinação dos itens em uma

solução global é a medida que melhor atende ao interesse público, assegurando a integridade tecnológica da modernização, a celeridade da entrega e a segurança jurídica e técnica do Município de Cascavel

## **9 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES**

**Fundamentação:** *Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VIII do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).*

9.1. Não se verificam contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

## **10 - DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL.**

**Fundamentação:** *Identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão; (Art. 12, inciso VII da Lei 14.133/21 e inciso IX do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG.)*

10.1. Para que a gestão das contratações seja eficiente é importante que haja um planejamento adequado das compras públicas. Nesse diapasão, temos que o Município de Cascavel encontra-se em fase de elaboração do Plano Anual de Contratações Públicas, tendo como uma de suas ações a unificação das demandas mediante as solicitações das Unidades Administrativas municipais. Ademais, a referida contratação consta no Plano prévio de Contratação Anual de 2026 - Intenção nº 268/2026.

## **11 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

**Fundamentação:** *Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso X do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG), bem como em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável.*

11.1. A modernização técnica dos elevadores do Paço Municipal, em substituição à tecnologia de 1988, visa alcançar os seguintes resultados de interesse público:

**11.1.1. Economicidade e Eficiência Financeira:** Redução de Consumo Energético: Estima-se uma economia de até 40% na conta de energia elétrica relativa aos elevadores, devido à substituição dos antigos motores/comandos pela tecnologia V3F (Inversor de Frequência), que elimina picos de corrente e otimiza o consumo conforme a carga.

**11.1.2. Redução de Gastos com Manutenção Corretiva:** A eliminação da necessidade de adquirir peças obsoletas (inexistentes no mercado) e a instalação de componentes novos e padronizados reduzirão drasticamente os gastos emergências e as horas técnicas de reparo.

**11.1.3. Segurança Operacional:** Alcance de índice zero em incidentes de aprisionamento e falhas de nivelamento, garantindo a integridade física de servidores e munícipes, conforme as normas NBR 15597 e NBR NM 313.

**11.1.4. Acessibilidade Plena:** Implementação de sinalização sonora (voz), visual (IPD) e botões em Braille, garantindo o direito de ir e vir de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida com autonomia.



## **12 – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PRÉVIAS AO CONTRATO**

**Fundamentação:** *Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso XI do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).*

12.1. Todas as providências adotadas pela administração estão descritas nesse estudo e serão informadas também no Termo de Referência.

12.2. Além das providências informadas, também serão designados fiscais e gestores do processo, para um melhor acompanhamento da execução do contrato. Ademais, estão sendo realizadas também capacitações e atendimentos aos fiscais e demais servidores relacionados ao processo.

## **13 – DE IMPACTOS AMBIENTAIS**

**Fundamentação:** *Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso XII do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG )*

### **13.1. Impactos Ambientais Negativos**

#### **13.1.1. Geração de Resíduos Sólidos e Eletroeletrônicos:**

13.1.1.1. A modernização dos elevadores de 1988 resultará no descarte de componentes obsoletos, como quadros de comando analógicos, fiações antigas, motores de porta e placas eletrônicas que contêm metais pesados e polímeros de difícil decomposição.

13.1.1.2. Substituição de peças mecânicas e portas de pavimento que geram volume considerável de sucata metálica.

#### **13.1.2. Consumo de Recursos na Execução:**

13.1.2.1. Emissão de particulados (poeira) e ruídos durante as etapas de remoção e instalação no Paço Municipal.

13.1.2.2. Consumo de energia e materiais de embalagem (madeira, plásticos e papelão) para o transporte dos novos componentes até o local da obra.

### **13.2. Medidas Mitigadoras e Iniciativas Sustentáveis**

#### **13.2.1. Eficiência Energética (Baixo Consumo):**

13.2.1.1. A principal medida mitigadora é a adoção da tecnologia V3F (Inversor de Frequência), que reduz em até 40% o consumo de energia elétrica dos elevadores, diminuindo a pegada de carbono da operação do edifício público a longo prazo.

13.2.1.2. Instalação de iluminação em LED nas cabinas e sistemas de desligamento automático de luzes e ventiladores quando o elevador estiver em repouso (Modo Stand-by).

#### **13.2.2. Logística Reversa e Descarte Adequado:**

13.2.2.1. A CONTRATADA deverá realizar a coleta e o transporte de todo o refugo gerado (lixo eletrônico e metais), garantindo a destinação final em locais licenciados ambientalmente.

13.2.2.2. Incentivo à reciclagem da sucata ferrosa oriunda das portas e componentes mecânicos

substituídos, reintegrando esses materiais à cadeia produtiva (Economia Circular).

#### 13.2.3. Gestão de Resíduos de Obra:

13.2.3.1. Utilização de materiais de limpeza e lubrificantes biodegradáveis na manutenção dos trilhos e guias, evitando a contaminação do poço do elevador e do solo.

13.2.3.2. Destinação correta das embalagens dos novos equipamentos, priorizando a reciclagem de papelão e plásticos de proteção.

#### 13.3. Conformidade Normativa:

13.3.1. Além dos critérios de sustentabilidade informados, devem ser atendidos os requisitos baseados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e na Instrução Normativa nº 01/2024 do Município de Cascavel, que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de serviços e obras. A modernização técnica, por si só, é uma medida sustentável, pois evita a troca total da estrutura metálica do elevador (reaproveitando guias e contrapesos), reduzindo drasticamente o descarte de materiais em comparação à compra de elevadores novos.

### 14 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

**Fundamentação:** Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. **(inciso XIII do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG)**

14.1. Diante das informações enumeradas, a equipe de planejamento constatou que a contratação é viável tecnicamente, visto que a modernização soluciona a obsolescência dos equipamentos de 1988 e garante a continuidade do fluxo vertical no Paço Municipal. Vale salientar que a medida atende ao dever constitucional de acessibilidade e segurança, assegurando o direito à dignidade da pessoa humana e a integridade física de servidores e munícipes. Ademais, a solução contribui para os princípios da eficiência e economicidade, ao reduzir custos de manutenção e consumo de energia, corroborando para a entrega de um serviço público de qualidade e ininterrupto.

14.2. Ante os itens anteriormente expostos, conclui-se pela viabilidade técnica, legal e operacional da contratação, a qual, conforme exaustivamente discorrido, é indispensável para evitar o colapso do transporte vertical e garantir a segurança jurídica e operacional da Administração Pública Municipal.

### 15- INDICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELO PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO.

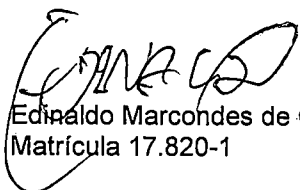
15.1. Os responsáveis pelo planejamento da contratação são os integrantes da Equipe de Planejamento da Divisão de Planejamento, Gestão e Finanças, quais sejam, os constantes no item a seguir, após a indicação da Secretária da Pasta. Junto à indicação, há a assinatura individual de cada membro.

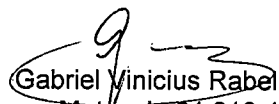
### 16- INDICAÇÃO DE GESTOR DE CONTRATO E FISCAIS.

16.1. Os Fiscais e o Gestor foram evidenciados no Documento de Formalização de Demanda (DFD).

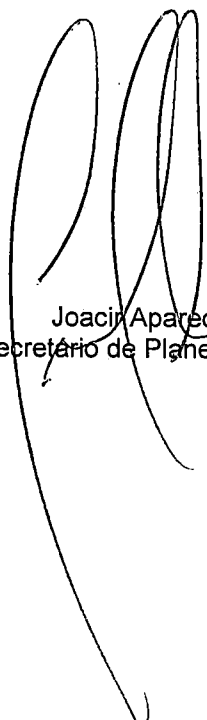
Cascavel, 19 de março de 2026.

Elaborado por: (Equipe de Planejamento)

  
Edinaldo Marcondes de Oliveira  
Matrícula 17.820-1

22  
1.  
  
Gabriel Vinicius Rabel  
Matrícula 31.810-1

Autorizado por:

  
Joacir Aparecido Cosma  
Secretário de Planejamento e Gestão

MAPA COMPARATIVO DOS PREÇOS PESQUISADOS – I.N. nº 002/2023 – SEPLAG - ANEXO I											
ITEM	CATMAT/ CATSER	CÓDIGO	Quantidade	Descrição dos Itens	Unidad e de medida	Lion Elevadores LTDA	Ajust Elevadores	Masterdomus	Média aritmética das pesquisas válidas - R\$	Mediana das pesquisas válidas - R\$	Menor valor das pesquisas válidas - R\$
1	3557	562037	1	MODERNIZAÇÃO TÉCNICA E MANUTENÇÃO CORRETIVA INTEGRAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INSTALAÇÃO, PARA OS 03 (TRÊS) ELEVADORES SUR/THYSSENKRUPP (MODELO GRIFFEN LUME) DO PAÇO MUNICIPAL.	UND	R\$ 684.870,86	R\$ 325.016,02	R\$ 529.664,31	R\$ 513.183,73	R\$ 529.664,31	R\$ 325.016,02
Justificativa para a escolha da metodologia e desconsideração de valores, quando aplicável:					<p>1. DA METODOLOGIA UTILIZADA (Art. 23, § 1º, inciso IV da Lei 14.133/2021)</p> <p>A pesquisa de preços para a modernização dos elevadores do Paço Municipal foi realizada prioritariamente com base no parâmetro de orçamentos diretos junto a fornecedores especializados. Esta escolha fundamenta-se no Art. 23, § 1º, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a obtenção de orçamentos com balizamento de mercado, desde que atendidas as condições de publicidade e idoneidade.</p> <p>2. DA OBSOLESCÊNCIA E ESCASSEZ DE PEÇAS (Fator Crítico)</p> <p>A utilização de orçamentos de empresas que atuam diretamente na manutenção de transporte vertical é indispensável devido ao estado atual dos equipamentos:</p> <p>Idade dos Equipamentos: Os elevadores do Paço Municipal (Marca SUR/THYSSENKRUPP, Modelo Griffen Lume) foram instalados em 1988. Com quase 40 anos de operação, os componentes eletrônicos e mecânicos originais ultrapassaram em muito sua vida útil estimada.</p> <p>Dificuldade de Reposição: Existe hoje uma grave escassez de peças de reposição para este modelo específico no mercado nacional. A manutenção corretiva tornou-se um desafio logístico, resultando em períodos prolongados de inoperância dos elevadores, o que prejudica a acessibilidade ao prédio público.</p> <p>Necessidade de Solução Customizada: Por se tratar de tecnologia "legada" (antiga), apenas o orçamento direto com fabricantes e instaladores permite aferir o custo real da adaptação de componentes modernos (Comandos INFOSLIM, fiação STLZ) à estrutura mecânica de 1988.</p> <p>3. CONFORMIDADE COM A IN SEPLAG Nº 002/2023</p> <p>O Mapa Comparativo apresenta 03 (três) orçamentos (Lion, Ajust e Masterdomus), atendendo ao requisito de pluralidade.</p> <p>Análise de Mercado: A variação de preços entre as propostas reflete a complexidade do serviço.</p> <p>Vantajosidade: Esta metodologia garante que o Município não pague por uma "estimativa genérica", mas sim por uma solução técnica precisa que resolve o problema da falta de peças e garante a segurança dos usuários (atendendo à NBR 15597).</p> <p>4. CONCLUSÃO</p> <p>Dada a idade avançada dos elevadores e o risco iminente de paralisação total por falta de peças repositórias, a pesquisa direta com fornecedores é o meio mais seguro e fidedigno para balizar o valor da contratação, garantindo que o edital reflita os preços reais de mercado para equipamentos com este nível de obsolescência.</p>						

Cascavel, 19 de março de 2026.

Ednélio Marcondes de Oliveira  
Gerente Divisão de Planejamento, Gestão e Finanças

Joacir Aparecido Cosma  
Secretário de Planejamento e Gestão



67  
1.

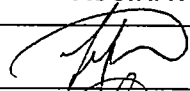
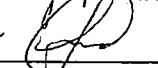
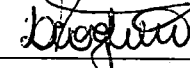
**MUNICÍPIO DE CASCAVEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

**Portaria nº 30/2026**

**Dispõe sobre a designação Gestores e Fiscais de Contrato, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos, nos termos do Decreto Municipal nº 17872 de 24 de outubro de 2023.**

O Gestor da Unidade Administrativa da Secretaria de Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão no uso de suas atribuições e considerando o disposto no artigo 22 e artigo 26 do Decreto Municipal nº 17872/2023, resolve:

Designar os servidores abaixo denominados, para exercerem as funções e atribuições especificadas no Decreto Municipal nº 17872/2023, de 24 de outubro de 2023, publicado em Diário Oficial do Município em 09 de novembro de 2023, Edição nº 3635, Caderno 01, Página 05 a 13, o qual "Regulamenta o disposto no § 3º do art.8º da Lei Federal nº 14.133 de 01º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos estores e fiscais de contrato, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta.", consoante a **MODERNIZAÇÃO TÉCNICA E MANUTENÇÃO CORRETIVA INTEGRAL DE 03 (TRÊS) ELEVADORES SUR/THYSSENKRUPP (Modelo Griffen Lume) DO PAÇO MUNICIPAL**, iniciada através do Processo Administrativo/Digital de Compra nº 40668/2026.

FUNÇÃO/ CONTRATO	NOME	MAT.	CARGO	ASSINATURA
Gestor	Sidney Joaquim dos Santos	17.439-1	Encarregado de Setor	
Suplente do Gestor	Jaime Novais Antun	22.178-1	Supervisor de Serviço	
Fiscal	Lucilvani da Silva Coghetto	40.232-1	Agente Administrativo	
Suplente do Fiscal	Ana Claudia Pereira Cordeiro	39.758-1	Eletricista	Ana Claudia P-C.

Cascavel, 19 de março de 2026.

  
\_\_\_\_\_  
**Joacir Aparecido Cosma**  
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão